

**GABRIELLA ROSSETTI FERREIRA  
(ORGANIZADORA)**



**CULTURA,  
RESISTÊNCIA E  
DIFERENCIAÇÃO  
SOCIAL 2**

Gabriella Rossetti Ferreira  
(Organizadora)

# Cultura, Resistência e Diferenciação Social 2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Lorena Prestes  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
C968	Cultura, resistência e diferenciação social 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Cultura, Resistência e Diferenciação Social; v.2)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-524-2 DOI 10.22533/at.ed.242190908  1. Antropologia. 2. Identidade cultural. 3. Resistência cultural. I.Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.  CDD 306
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A obra “Cultura, Resistência e Diferenciação Social – Vol. 2” traz diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo das ciências humanas.

Freud, em *O mal-estar da civilização*, obra renomada e publicada em inúmeras edições, defende que a civilização é sinônimo de cultura. Ou seja, não podemos desassociar a funcionalidade cultural em organizar um espaço, determinar discursos e produzirem efeitos.

Por vivermos em tempos em que só o fato de existir já é resistir, seria ingenuidade, tanto de assujeitamento, quanto social, acreditar que a cultura não vem produzindo a resistência, principalmente na diferenciação social. Entre estudiosos, um dos pontos mais questionáveis, entre pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, é sobre o papel do professor como agente cultural, no espaço escolar, mas não podemos legitimar que a escola, bem como o professor, sejam os principais influenciadores. Há, no social, trocas dialógicas, enunciativas e discursivas que configuram e constituem o sujeito em meio sua adequação individual, ou seja, o acultramento perpassa por “muitas mãos”, instituições, sujeitos, ideologias que atuam na formação estrutural.

De acordo com nossas filiações, determinamos culturas, determinamos não culturas, assim como afirma Bourdieu (1989), que responsabiliza essas legitimações aos próprios sujeitos que as vivem. Resistir seria, neste caso, transformar o mundo no qual estamos inseridos. A escola precisa ser transformada, há muito tempo ela serve à legitimação da cultura dominante. É de fundamental relevância que a escola esteja cada vez mais próxima daqueles que são, de certa forma, o coração que a faz pulsar, da comunidade escolar que, ao garantir sua identidade cultural, cada vez mais se fortalece no exercício da cidadania democrática, promovendo a transformação da escola em uma escola mais humanizada e menos reprodutora, uma escola que garanta, valorize e proteja a sua autonomia, diálogo e participação coletiva. Assim, dentro dessa coletânea, buscou-se a contribuição do conceito de mediação como um possível conceito de diálogo para com as problemáticas anteriormente explicitadas.

O termo ensino e aprendizagem em que o conceito de mediação em Vigotsky (2009) dá início à discussão a uma discussão sobre mediação, que considera o meio cultural às relações entre os indivíduos como percurso do desenvolvimento humano, onde a reelaboração e reestruturação dos signos são transmitidos ao indivíduo pelo grupo cultural. As reflexões realizadas, a partir dos artigos propostos na coletânea, nos mostram que a validação do ensino da arte, dentro das escolas públicas, deve se fundamentar na busca incessante da provocação dos sentidos, na ampliação da visão de mundo e no desenvolvimento do senso crítico de percepção e de pertencimento a determinada história, que é legitimada culturalmente em um tempo/espaço.

A escola precisa fazer transparecer a possibilidade de relações sociais, despertar e por assim vir a intervir nestes processos. Se deve analisar de maneira mais crítica

aquilo que é oferecido como repertório e vivência artística e cultural para os alunos, bem como se questionar como se media estas experiências, ampliar as relações com a arte e a cultura, ao contrapor-se ao exercício de associação exercido muitas vezes pela escola nas práticas de alienação dos sujeitos diante de sua realidade.

Todos, no espaço escolar, atuando de maneira mais contributiva como lugar propício para ressignificação, mediação, produção cultural e diálogos culturais, que articulados junto a uma política cultural democrática podem vir a construir novos discursos que ultrapassam os muros que restringem a escola a este espaço de dominação, legitimado pelo atual sistema. A escola, dentro desta perspectiva, passa a ser concebida como um espaço de dupla dimensão. Dentro desta concepção, os processos de mediação potencializam a práxis de um pensamento artístico e cultural. É, atuando atrelado ao cotidiano, em uma perspectiva de mediação, que parte destes pressupostos apresentados que a escola passa a adquirir um carácter de identidade, resistente à homogeneização cultural.

Gabriella Rossetti Ferreira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
“OS SERTÕES”, CANUDOS E CONSELHEIRO: NEM TUDO É POSITIVISMO	
<a href="#">Izaias Geraldo de Andrade</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2421909081</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>18</b>
A PERSONALIDADE DE UM POVO, O TANGO E A SUA MEMÓRIA	
<a href="#">Daiane Glaucia de Oliveira</a>	
<a href="#">Samuel Klauck</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2421909082</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>26</b>
A TEORIA DA REVOLUÇÃO DO P.C.B.: OCTÁVIO BRANDÃO, A ALIANÇA DE CLASSES E O FEUDALISMO (1922-1935)	
<a href="#">Danilo Mendes de Oliveira</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2421909083</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>43</b>
ANTROPOLOGIA E MODA: REFLEXÕES SOBRE A REDE DE CRIADORES E CRIADORAS DE SALVADOR	
<a href="#">Luana Nascimento Vieira</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2421909084</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>54</b>
“APRENDI COM MINHA MÃE”: O CONHECIMENTO TRADICIONAL NO TRATAMENTO DE ALGUMAS DOENÇAS EM TRÊS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO RIO GRANDE DO SUL	
<a href="#">Adelmir Fiabani</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2421909085</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>72</b>
ARTE, CULTURA E MEMÓRIA NO PENSAMENTO DE FRIEDRICH NIETZSCHE	
<a href="#">Danilo Morae Lobo</a>	
<a href="#">Auterives Maciel Jr</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2421909086</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>81</b>
CABARÉ DA RRRRRAÇA: O RECURSO DO RISÍVEL COMO METÁFORA DO ENTRE -LUGAR	
<a href="#">Gildete Paulo Rocha</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2421909087</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>90</b>
COMUNIDADES TRADICIONAIS E A CONSERVAÇÃO DA FLORESTA: UM OLHAR SOBRE A COMUNIDADE VILA FRANCA, RESEX TAPAJÓS-ARAPIUNS, PARÁ, BRASIL	
<a href="#">Marcos Diones Ferreira Santana</a>	
<a href="#">Emeli Susane Costa Gomes</a>	
<a href="#">Luciana Edilena Santos Guimarães</a>	
<a href="#">Ana Daiane Lopes Costa</a>	
<a href="#">Jarlei Dominique Souza da Silva</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2421909088</b>	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>101</b>
MEMORIAL DA IMIGRAÇÃO E CULTURA JAPONESA DA UFRGS E O POEMA HAICAI: EM PROL DA DIFUSÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL À SOCIEDADE LOCAL	
Tomoko Kimura Gaudioso	
DOI 10.22533/at.ed.2421909089	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>105</b>
NACIONALISMO SOCIAL, CORPORATIVISMO FASCISTA E “AUTORITARISMO INSTRUMENTAL” NO PENSAMENTO DE OLIVEIRA VIANNA	
Fabio Gentile	
DOI 10.22533/at.ed.24219090810	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>117</b>
O NEORREALISMO E O CICLO BAIANO DE CINEMA: A CONFIGURAÇÃO DE UM IDEÁRIO ÉTICO-ESTÉTICO NA BAHIA NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960	
Euclides Santos Mendes	
Milene de Cássia Silveira Gusmão	
DOI 10.22533/at.ed.24219090811	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>127</b>
PONTOS DE CULTURA DO LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO E OS NOVOS PARADIGMAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS	
Tárcio Leonardo Santos Mota	
DOI 10.22533/at.ed.24219090812	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>135</b>
SABERES E HISTÓRIAS DAS BENZEDEIRAS NO LITORAL DO RIO GRANDE DO SUL	
Ana Paula Danielli	
André Boccasius Siqueira	
DOI 10.22533/at.ed.24219090813	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>142</b>
SENSIBILIDADES DO LEMBRAR E DO ESQUECER NOS CORDÉIS-MEMÓRIA DE JARID ARRAES	
Fernanda Santos de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.24219090814	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>152</b>
TORÉ, UM DUETO DE FORÇAS QUE REÚNE POVOS ANCESTRAIS	
Elizabeth Costa Suzart	
DOI 10.22533/at.ed.24219090815	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>164</b>
TROPICALISTAS: OUSADIAS EM NOITES DE <i>HAPPENINGS</i> E COMUNICAÇÕES INTERROMPIDAS	
Givanildo Brito Nunes	
Edson Silva de Farias	
DOI 10.22533/at.ed.24219090816	

<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>175</b>
UMA INTERPRETAÇÃO DA RELIGIOSIDADE LUSO-BRASILEIRA NA PERSPECTIVA PSICOSSOCIAL DE RUDOLF OTTO	
Michel Kobelinski	
DOI 10.22533/at.ed.24219090817	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>196</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>197</b>

## PONTOS DE CULTURA DO LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO E OS NOVOS PARADIGMAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS

**Tárcio Leonardo Santos Mota**

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Departamento de Educação

Alagoinhas - Bahia

**RESUMO:** O presente artigo pretende discutir e ampliar o debate acerca do Programa Cultura Viva, que é considerado um marco divisório no que se refere à forma como as Políticas Culturais passaram a ser implementadas no Brasil. Neste sentido, a proposta é investigar e refletir acerca dos novos paradigmas das políticas públicas culturais, a partir da experiência dos Pontos de Cultura em comunidades de quatro municípios do Território de Identidade Litoral Norte e Agreste Baiano: Alagoinhas, Aramari, Esplanada e Pedrão. Verifica-se também, em que medida as diretrizes do programa, a partir dos Pontos de Cultura, estão sendo levadas em consideração nas instituições analisadas, pois o Programa foi criado com o objetivo de promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando a construção de novos valores de cooperação e solidariedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Programa Cultura Viva, Pontos de Cultura, Política Cultural, Novos Paradigmas

**CULTURAL POINTS OF THE NORTH AND AGRESTE BAIANO COASTAL AND THE NEW PARADIGMS OF CULTURAL PUBLIC POLICIES**

**ABSTRACT:** This article intends to discuss and broaden the debate about the Living Culture Program, which is considered a divisive landmark in what refers to the way in which Cultural Policies are implemented in Brazil. In this sense, the proposal is to investigate and reflect on the new paradigms of cultural public policies, based on the experience of Culture Points in communities of four municipalities in the North and Agreste Baiano Identity Territory: Alagoinhas, Aramari, Esplanada and Pedrão. It is also verified to what extent the program guidelines, from the Culture Points, are being taken into consideration in the analyzed institutions, since the Program was created with the objective of promoting access to the means of cultural enjoyment, production and diffusion, as well as to strengthen social and cultural energies, aiming at the construction of new values of cooperation and solidarity.

**KEYWORDS:** Cultural Culture Program, Culture Points, Cultural Policy, New Paradigms

### INTRODUÇÃO

As políticas de fomento e incentivo a cultura vêm adquirindo crescente importância no desenvolvimento social e econômico de

países emergentes como o Brasil. A cadeia produtiva cultural, através dos grupos e empreendimentos artísticos vem crescendo significativamente, fazendo surgir novos desafios para a gestão pública e para os principais agentes do meio. Partindo desse pressuposto, o presente artigo pretende discutir e ampliar o debate acerca do Programa Cultura Viva. Neste sentido, o objetivo é promover reflexões iniciais, já que a pesquisa no Programa de Pós Graduação em Crítica Cultural está na fase primitiva, acerca dos paradigmas das políticas públicas culturais, a partir da experiência dos pontos de cultura em comunidades de quatro municípios do território de identidade Litoral Norte e Agreste Baiano.

Criado em 2004 e transformado em Política Nacional em 2014, o Programa Cultura Viva é considerado um marco divisório no que se refere à forma como as Políticas Culturais passaram a ser implementadas no Brasil. Tendo como base os Pontos de Cultura selecionados por meio de editais públicos, o Programa possibilitou maior transparência e seriedade às ações no campo cultural, fazendo surgir novas perspectivas para entidades culturais que há tempos buscavam reconhecimento e apoio para as atividades desenvolvidas em suas comunidades.

O programa que inicialmente contemplava ações como: Escola Viva, Cultura Digital, Agente Cultura Viva e Ação Griô, teve nos Pontos de Cultura a maior expressão de sucesso e eficiência, atingindo mais de mil municípios em todas as regiões do Brasil. No território de identidade Litoral Norte e Agreste Baiano, objeto desta pesquisa, as entidades beneficiadas são: Fundação do Caminho (Alagoinhas), Banda Marcial Cultural Estudantil de Aramari (Aramari), Associação de Desenvolvimento Comunitário do Assentamento Boa Vista II (Esplanada), Associação Beneficente Rural de Pedrão (Pedrão), Associação Beneficente Cultural *Ilê Asé Oyání* do *Ilê Asé Oyá Ni* (Alagoinhas) e Associação Cultural Euterpe Alagoinhense (Alagoinhas).

O “Cultura Viva” se fundamenta em diretrizes criadas para uma política de valorização da pluralidade e diversidade das práticas culturais brasileiras reconhecendo, em instâncias institucionais ligadas ao Estado, a multiplicidade dos movimentos culturais contemporâneos, pontuando e reafirmando a diversidade como parte da história e da conjuntura brasileira. Sendo assim, a pesquisa que se pretende também vai verificar em que medida as diretrizes do programa, a partir dos Pontos de Cultura, estão sendo levadas em consideração nas instituições a serem analisadas, pois, como se pode verificar no site do Ministério da Cultura, “o Programa foi criado com o objetivo de “promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando a construção de novos valores de cooperação e solidariedade” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2004).

## **Novos Paradigmas das Políticas Públicas Culturais**

O papel do Estado no gerenciamento instrutivo e normativo da sociedade

visando o bem estar social e desenvolvimento econômico é um tema muito discutido e trabalhado por pesquisadores. A preocupação com a igualitária distribuição de renda e as diversas tentativas de tornar cada vez mais acessível os recursos destinados ao fomento e incentivo a produção cultural têm reacendido a chama para reflexão a respeito de como haver uma correta implementação das políticas culturais. Mas pra isso, é preciso primeiro entender o que seria Política Cultural e como ela se aplica nesse contexto de desenvolvimento, sustentabilidade e transformação do mercado cultural.

Coelho (2004) afirma:

A política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. (p. 292).

A partir dessa citação observa-se uma divisão de responsabilidades que envolvem, além dos programas e ações desenvolvidas pelo Estado, as instituições e entidades privadas e grupos comunitários. A preocupação com o desenvolvimento das representações simbólicas da população deixa evidente que a utilização das ferramentas econômicas, nesse contexto, tange para uma finalidade social. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Coelho (2004) ainda provoca:

Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável. (p. 292)

A carência histórica de recursos e investimentos para a cultura faz com que ainda não se tenha no Brasil, principalmente para os agentes e empreendedores de cultura popular, um mercado completamente consolidado. E se essa carência é notada nos grandes centros e nos interiores, onde a situação é bem mais complexa e no curto prazo, somente com essa problemática sendo colocada como prioridade é que o quadro pode começar a ter alterações positivas.

Voltando à discussão sobre os Pontos de Cultura, é importante destacar que uma das primeiras perguntas que surgem quando se fala sobre o projeto é se essas ações não seriam de responsabilidade do Estado. Mas, é no fato dessas ações não serem tuteladas pelo Estado que reside sua principal característica e poder de transformação. Porque o Estado não decide o que deve ser feito. Seu papel é garantir um pequeno aporte financeiro para grupos, ou associações, que já desenvolviam ações sociais; e facilitar a construção de uma rede de relacionamento entre tais grupos. É justamente a não interferência do Estado nas escolhas de quais ações podem ou devem ser desenvolvidas nos Pontos de Cultura, que possibilita a legitimação das práticas locais e do empoderamento de atores sociais historicamente marginalizados.

É importante também destacar alguns dos fundamentos teóricos da política territorial, já que para esta pesquisa pretende-se um recorte nos municípios

que compõem um dos territórios de identidade da Bahia. O Estado da Bahia é, indubitavelmente, um dos mais plurais da nossa Federação. Sob os múltiplos aspectos que se analisa um território, a Bahia apresenta um mosaico de variedades sociais, culturais, econômicas e ambientais. Temos um Estado com o maior número de biomas e com um rico e variado processo de formação de seu povo, oriundo da miscigenação dos povos tradicionais do Brasil pré-colonial com os escravos das nações africanas e imigrantes advindos dos diversos países do mundo em momentos diferentes da nossa história (portugueses, espanhóis, italianos, japoneses entre outros).

Na base física heterogênea sobre a qual atuaram estes grupos humanos variados, com habilidades individuais e coletivas distintas, cristalizaram ao longo do tempo diferentes formas e padrões de uso e ocupação. Estas diferenças são um grande ativo que o Estado da Bahia possui, ampliando as nossas oportunidades para o desenvolvimento do Estado.

Todavia, o histórico de políticas públicas espacialmente discriminatórias resultou na conformação de um Estado desigual:

com forte concentração econômica e social na Região Metropolitana de Salvador (responde por 50% do PIB e 25% da população) e algumas “ilhas de prosperidades” no Litoral Sul, Oeste Baiano e Norte do estado. Em resumo, convertemos a nossa diversidade, que é uma riqueza, em desigualdade, que expressa pobreza. (BAHIA, 2014, p. 01).

A promoção do desenvolvimento do Estado da Bahia perpassa pela redução de suas desigualdades regionais, portanto é preciso pensar em políticas públicas que respeitem e valorizem a diversidade do estado. A adoção dos Territórios de Identidade, segundo a SEPLAN, “foi um grande avanço para o planejamento público na Bahia” (BAHIA, 2010), pois, não apenas, revela e considera toda a diversidade (cultural, ambiental, econômica e social) existente no estado como também, estabelece um novo paradigma na formulação das políticas públicas: em vez de o Governo planejar para a sociedade, este passa a fazer isto em conjunto com a sociedade. E para tanto, precisa respeitar a organização espacial que a população se sente pertencer e naturalmente estabelece seus vínculos e inter-relações.

Desta forma, adotam-se instrumentos que articulam as políticas públicas do Governo Estadual com os territórios, promovendo uma maior aderência às distintas necessidades territoriais e ampliando assim a efetividade das suas ações governamentais, além de promover o fortalecimento de uma democracia mais participativa. Ferramentas como o CODETER, o Plano Plurianual Participativo (PPA) e o Conselho de Acompanhamento do Plano Plurianual Participativo (CAPP), revelam o caráter compartilhado da política de desenvolvimento territorial na Bahia. No âmbito das políticas culturais, tais instrumentos devem ser levados em consideração, sobretudo os Pontos de Cultura, que têm sido implantados respeitando o recorte territorial e

indenitário da Bahia.

## **Pontos de Cultura: Ferramentas de Participação e Controle Social**

A mudança no paradigma das políticas culturais brasileiras é um indicativo de uma discussão global e transnacional. E o Programa Cultura Viva, responsável pela criação dos Pontos de Cultura, marca um novo momento de nossas políticas. O termo “Ponto de Cultura” foi esboçado no final da década de 1980, pelo antropólogo Antônio Augusto Arantes, na época Secretário de Cultura em Campinas-SP (Turino, 2009). A ideia inicial era de reconhecer e potencializar as produções culturais de grupos e comunidades. O projeto foi interrompido com a mudança de governo e, criou-se posteriormente um programa denominado “Casas de Cultura”, no qual o governo respondia às necessidades das comunidades. Entretanto, a proposta dos Pontos de Cultura era justamente inversa. Os Pontos não deveriam ser construídos pelo governo. O foco não era na ausência ou carência de benefícios; mas sim em um protagonismo social a partir de um modelo de gestão compartilhada. Ao invés de conceber, o governo deveria reconhecer e potencializar as produções culturais dos grupos.

Com a gestão do Ministro Gilberto Gil (2003-2008), o projeto inicial dos Pontos de Cultura foi retomado. Atualmente, Ponto de Cultura pode ser sumariamente definido como um convênio imbricado de responsabilidades e direitos, entre governo e sociedade civil. Os Pontos de Cultura são espaços de manifestações culturais dos grupos e localidades. Há Pontos de Cultura de grupos e escolas de samba, de rap, de teatro, de música, de dança, de museus, de associações de moradores, de aldeias indígenas, de quilombolas, de assentamentos rurais, de núcleos de extensão universitária, dentre outros. (Turino, 2009). Trata-se de um local aberto às manifestações artístico-culturais de uma localidade. Por sua vez, a gestão do Ponto é realizada pelos próprios membros da comunidade.

Nesta reflexão, os Pontos de Cultura serão observados como nódulos de uma trama. Como um programa que pode ser potencializado se acionarmos a gestão compartilhada articulada em rede, operando rizomaticamente (Turino, 2009, p. 65). Isto porque cada Ponto possui sua particularidade, mas é na operação em rede que podemos compreender os Pontos como um modelo de política pública cultural nacional. Agindo como rizomas, os Pontos de Cultura conectam níveis de integração local e nacional.

A especificidade dos Pontos de Cultura corresponde a uma figura fundamental de negociação das políticas culturais: o Gestor. Estes indivíduos são capazes de atuar tanto para a comunidade quanto para a nação. Os gestores dos Pontos de Cultura são membros da sociedade civil que administram a captação e aplicação de recursos. Trata-se da gestão compartilhada; um modelo que marca a participação ativa da sociedade na construção de políticas culturais.

Os gestores dos Pontos de Cultura, como indivíduos “intermediários” são

importantes sujeitos relacionais entre o local e o nacional. São eles o elo da gestão compartilhada. Esta interação exercita um novo modelo de Estado, um protagonismo social nas políticas públicas. Os “intermediários controlariam as articulações ou sinapses cruciais das relações que ligam o sistema local ao todo mais amplo” (Wolf, 1956). O intermediário constitui uma instância de poder tanto para atender benefícios pessoais, de sua comunidade ou ainda, a interesses externos. Uma micro análise a partir dos Pontos de Cultura nos permite observar o impacto e atribuição dos macro fenômenos em pequenos contextos.

Consideramos, portanto que os Pontos de Cultura surgem em um momento de mudanças conceituais e estruturais no MinC. Estas mudanças por sua vez, estão articuladas em uma discussão supranacional e transnacional. Podemos observar a partir dos Pontos (e, portanto, de nossos novos paradigmas políticos), uma transformação na esfera local, nacional e global. Partindo desse pressuposto, entende-se as políticas públicas culturais brasileiras num contexto mais amplo. As sociedades e grupos podem ser analisados a partir das intermediações políticas, econômicas, culturais e históricas de pequena escala. Estas intermediações compartilham situações de mudança e conflito. Portanto, a análise entre macro e micro dimensões privilegia o movimento transacional. É exatamente na relação, no *intermezzo* (Deleuze e Guattari, 1996) que podemos traçar a análise entre macro e micro políticas. Neste espaço fronteiro de contradições e conflitos.

Também são nestes espaços de mudança e conflito que se cristalizariam as posições e grupos sociais. Enfatizar este aspecto de conflito e variação é o que Van Velsen (1987) define como “análise situacional” ou “caso do estudo detalhado”. Este modelo de análise utiliza registros de situações de conflito agregado ao comportamento de indivíduos específicos como parte da análise dos processos sociais. Assim, o pesquisador pode observar uma situação social para então relacioná-la à sua totalidade. Uma análise minuciosa contextualizada e relacionada a uma totalidade pode detectar padrões de relações, e de instituições. Assim, este tipo de etnografia relaciona o comportamento dos grupos a outros processos sociais mais amplos.

Nos Pontos de Cultura as “análises situacionais” podem ser acionadas como estratégias de observação dos gestores. Isto implica em uma observação participante atenta ao discurso, às ações e às interações que se estabelecem com estes personagens. Uma maneira de aprofundar a análise sobre estas contradições. A posição de “intermediário” constitui uma instância de poder que pode inclusive, facilitar a ascensão social de alguns indivíduos. Este tipo de “análise situacional” é próximo da noção de micro política da qual pretendo aqui desdobrar. Essas estratégias de pesquisa “mostraram-se fundamentais para o estudo da antropologia da política e, em especial da política em nível local e suas articulações em rede” (Ribeiro, 1994 p. 35). A análise micro política também é atenta aos anseios das comunidades junto à “realidade” da implantação dos Pontos. Se as políticas culturais atendem aos desejos e às identidades culturais locais.

Alguns autores (Calabre, 2009, Rubim, 2000 e Turino, 2009) apontam que os entraves burocráticos, as diferenças de entendimento e a má vontade política são os principais impasses para a implantação de novas políticas públicas culturais, como os Pontos de Cultura. Até porque, uma entidade quando é selecionada como um Ponto de Cultura provoca uma quebra na hierarquia política. É como se o reconhecimento dos grupos desencadeasse um empoderamento social, [no qual] muitos poderes constituídos não toleram (Turino, 2009, p. 43). Produzir uma política pública “de baixo para cima” ainda incomodaria algumas estruturas de poder.

A tensão entre permanência e mudança, repetição e transformação são aspectos intrínsecos de qualquer sociedade (Balandier, 2005). Mas no caso das políticas públicas culturais, a análise das continuidades e descontinuidades reflete os modos como os indivíduos convivem e resolvem estas ambiguidades no campo da cultura. Se há contradições, conflitos e permanências entre as Políticas Públicas Culturais e os Pontos de Cultura, as análises podem provocar diálogos entre ambas. Os caminhos e obstáculos permitem exercício das relações entre a pesquisa, o pesquisador e o nativo, dentro daquilo que Da Matta (1978) definiu de “caráter extraordinário do pesquisador”. O aspecto mais rotineiro e humano da Antropologia (Da Matta, 1974 p. 35).

É partindo dessas reflexões iniciais que a pesquisa ora apresentada, propõe uma análise dos impactos socioculturais nas 06 instituições mencionadas na introdução deste artigo e que estão localizadas em 04 diferentes municípios do território de identidade Litoral Norte e Agreste Baiano. Os Pontos de Cultura representam uma nova forma de implementação das políticas públicas culturais, rompendo paradigmas até então cristalizados, configurando-se como ferramentas potentes de participação popular e controle social, na medida em que democratizam o acesso aos bens culturais, como previsto na Constituição Federal.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Indústria cultural e sociedade**. Seleção de textos de Jorge Mattos Brito de Almeida. Traduzido por Juba Elisabeth Levy et al. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. Coordenação de Cultura. **Guia Cultural da Bahia: Litoral Norte Salvador**: SCT. Salvador, 1999.

BALANDIER, Georges. **Antropología Política**. Trad. Carina C. Battaglia. Buenos Aires: Ed. Del Sol, 2005.

BARBOSA DA SILVA, Frederico. **As redes temáticas, as redes de política e a territorialidade: o caso do Programa Arte Educação e Cidadania – Cultura Viva**. Coleção Políticas Sociais. Brasília: IPEA, 2013

\_\_\_\_\_. **Cultura Viva: as práticas de Pontos e Pontões**. Brasília: IPEA, 2011.

\_\_\_\_\_. **Relatório Redesenho do Programa Cultura Viva**. Brasília: IPEA, 2012.

\_\_\_\_\_.; ARAÚJO, Herton E. (Org.). **Cultura Viva: avaliação do programa arte educação e cidadania**. Brasília: IPEA, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais: diálogo indispensável**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

\_\_\_\_\_. Desafios à construção de políticas culturais: balanço da gestão Gilberto Gil. In: **Proa - Revista de Antropologia e Arte [on-line]**. Ano 01, vol. 01, n. 01, ago. 2009. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/proa/debates/debatelia.html>>.

COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. São Paulo: Iluminuras/FAPESB, 2004.

DA MATTA, Roberto. **O Ofício do etnólogo ou como ter o *Anthropological Blues***. Cadernos PPGAS. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1978.

DELEUZE Gilles. **Diferença e Repetição**. Tradução de Luis Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda.

DELEUZE Gilles e GUATTARI, Félix. **Os Mil Platôs**. Vol. 3. Tradução de Luis Orlandi. São Paulo: Editora 34, 1996.

ESPINHEIRA, Gey. Cultura, cidade e democracia: o jogo da cultura no mundo contemporâneo. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA, Renata (orgs.). **Políticas culturais para as cidades**. Salvador: Edufba, 2010.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Imobilização da força de trabalho. Considerações sobre os modos de expansão concentrada e difusa*. Série Antropologia, n.172. DAN, Brasília: Universidade de Brasília, 1994.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação & política**. São Paulo: Hacher, 2000.

SANTOS, Maria Helena de Castro. Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte. In: **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 40, n. 3, 1997, p. 335-376.

SANTOS, José Luis dos. **O que é cultura?** São Paulo: Brasiliense, 2006.

TURINO, Célio. **Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2009.

VAN VELSEN J. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado 1967 in Feldman-Bianco, Bela (org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas - Métodos**. São Paulo: Editora Global Universitário, 1987.

WOLF, Eric. R. *Aspects of Group Relations in a Complex Society*. **American Anthropologist**. Disponível em: <[www.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1525/aa.1956.58.6.02a00070/pdf](http://www.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1525/aa.1956.58.6.02a00070/pdf)>. Acesso em: 05/03/2011.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**GABRIELLA ROSSETTI FERREIRA** Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.

Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.

Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL).

Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto.

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Arte 7, 72, 87, 133, 134

### C

Civilização 5, 115, 161

Comunidade 62, 93, 94, 98

Conhecimento 54, 70, 97

Contexto 98

Cultura 2, 5, 8, 18, 24, 26, 54, 70, 72, 101, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 140, 142, 162, 164

### D

Democracia 134

Desenvolvimento 55, 70, 90, 97, 98, 99, 128, 164, 196

Diferenciação 2, 5, 24

Discurso 162

### E

Escola 98, 122, 125, 126, 128

### H

História 2, 3, 12, 13, 16, 17, 26, 30, 34, 39, 41, 42, 54, 70, 71, 72, 88, 115, 141, 151, 160, 161, 175, 176, 193, 194

### I

Identidade 25, 127, 130

### L

Liberdade 98, 185

### M

Memória 71, 72, 79, 117, 151, 164, 194

### P

Percepção 141

Política 42, 97, 127, 128, 129, 133, 134

Processo 141

## **R**

Realidade 88

Resistência 2, 5, 24, 154

Revolução 5, 27, 28, 35, 37, 38, 41, 42, 106, 111, 136

## **S**

Social 2, 5, 6, 17, 24, 26, 40, 41, 52, 55, 70, 88, 97, 131

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-524-2



9 788572 475242